

CNPJ 77.778.827/0001-55

ATA n.º 006/2013



Aos guatro dias do mês de março do ano dois mil e treze, no horário regimental, reuniu-se a Câmara Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, para a realização da sexta sessão ordinária do período. No EXPEDIENTE constou a discussão da ata da Sessão do dia vinte e cinco de fevereiro, aprovada sem ressalvas. Após, constou a leitura das seguintes matérias: Projeto de Lei 001/2013 do Executivo - "Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no município", encaminhado para as Comissões Permanentes. Ainda as Indicações de Serviço números 04/2013 - "Recuperação do calcamento nas Ruas Rui Barboza e Rozendo Costa Cristo"; e n.º 05/2013 -"Construção de passeio na Rua Castelo Branco", dos Vereadores Marino Kutianski e Nelso de Andrade, que foram encaminhadas para votação única. Iniciado o uso da TRIBUNA o Vereador OSVALDIR citou que alguns dias atrás o município esteve mais uma vez no noticiário nacional onde foi constatado pela Policia Federal e Ministério do Trabalho a existência de trabalho escravo, e conversando com pessoas responsáveis por essa área e que tem conhecimento do que estava acontecendo constatou que a prática pela qual foram acusadas essa pessoas é uma pratica muito comum no interior de nosso município onde alguns proprietário rurais que não tem como fazer a colheita da erva mate contratam o serviço de empreiteiros, que por sua vez trazem pessoas de fora para o trabalho, sendo comum as pessoas ficarem embaixo de um barraco de lona, acampados, o que se encontra muito ainda no município e nesse caso especifico da Fazenda Justus aconteceu algum problema entre o empreiteiro e pessoas que estavam trabalhando e assim foram acusados de estarem utilizando mão de obra escrava, o que realmente só vem piorar muito a situação no município. Outro assunto que comentou e esse considera bom, é quanto a preocupação da distância que os estudantes tem de percorrer para chegarem até as escolas, que nesta semana saiu a notícia de que o governo do estado irá liberar recursos para a construção de uma escola estadual na comunidade de Cachoeira, solicitada ainda na gestão do Professor Ernani Horst como Secretário da Educação, que já está dentro do orçamento do estado para este ano, pediram que fosse encaminhado dados mais recentes sobre de onde será construída essa escola, então algumas coisas podem acontecer, a Cachoeira não fica numa posição geográfica mais central mais se lá sair essa escola o município poderá construir em parceria com o estado uma escola de 1ª a 8ª series mais próxima da região do Gavazone, e sabe que existem recursos através do FUNDEB para isso, então a situação deve melhorar neste lado do município e amenizar um pouco o sofrimento dessas crianças. O Vereador KLEVERSON repassou duas notícias boas para o município, sendo uma a construção da escola da APAE, aprovada em sessão da Assembléia Legislativa do Paraná do último dia dezenove, por indicação do Deputado Bernardo Ribas Carli, que solicitou ao governo a construção da sede própria. Parabenizou o Deputado pela iniciativa e por sempre estar vendo as APAE'S com outros olhos, e disse que como legisladores também devem fiscalizar pois sabem das necessidades das crianças especiais, e esse deputado já encaminhou no ano passado uma Kombi para a escola, mas como



CNPJ 77.778.827/0001-55



recebeu muitos votos no município devem continuar cobrando para esta e outras áreas também. Disse que presenciou neste dia caminhões e máquinas do DER os quais crê que devem ser para arrumar os pontos mais dificultosos da estrada de Góes Artigas até o Guará que todos sabem da dificuldade que está, e devem continuar cobrando esses órgãos para que as coisas venham a acontecer. O Vereador GILNELSON comentou sobre o projeto de lei do REFIS, de que é importante já iniciarem uma conversa a respeito disso porque lhes remete também a outros assuntos que são relativos a área tributária e fiscal, e a principal motivação do REFIS ao seu ver é a minimização do prejuízo para o município pois como foi explanado no projeto os custos de execução de alguns créditos tributários inviabilizam a sequência da cobrança judicial, é muito caro principalmente para aquelas dividas que não são pagas nem na execução e se torna um peso muito grande para o município por isso pensa que devem auxiliar o executivo no sentido de buscar uma alteração no Código Tributário Municipal para fazer com que essas questões não voltem a ocorrer, pois não podem fugir da Lei de Responsabilidade a qual diz que qualquer crédito tributário não pago dentro de cinco anos deve ser executado sob pena do prefeito ser processado por improbidade administrativa. Em aparte o presidente complementou que já tendo atuado como chefe desse departamento sabe como é e como está hoje a situação da divida ativa, citando que com o ajuizamento uma divida de cem reais chega a quinhentos ou seiscentos reais e se um contribuinte não consegue pagar uma dívida de cem não terá possibilidades de pagar uma de seiscentos reais. O orador concluiu que, conforme ponderou o presidente fica difícil de manterem essa situação de cobrança por isso comentou para que se esclareça um pouco mais sobre essas despesas para o município e mesmo para o contribuinte no caso de não conseguir honrar a execução, que inviabiliza tanto para o município quanto para o contribuinte. Outra tema que comentou foi a situação do ICMS que teve a oportunidade de acompanhar nesta semana uma planilha feita pelo DERAL que é um departamento ligado a Receita Estadual e cuida justamente da composição do valor adicionado do município, que é tudo aquilo que compõe o crédito do ICMS repassado pelo governo estadual, e observou que tem muitas coisas que nem imaginam e compõem esse índice, e com isso vê que num curto espaço de tempo poderiam rever estas situações em prol do município e do próprio cidadão, que traga benefícios mais rápidos ao município que hoje precisa dos créditos, só que não se podem penalizar o município e também o contribuinte, por isso vê no REFIS uma saída, talvez não a ideal mas a que se tem no momento. Mais uma vez comentou que na próxima semana deve entrar em votação no Congresso Nacional, o orçamento para 2013 e provavelmente a partir da semana que vem já se abra espaço para as emendas, o que já havia comentado sendo o período para buscarem juntos aos seus representantes as emendas que são necessárias para o desenvolvimento do município. O Vereador NELSO comentou a visita que fez junto com o Vereador Marino, no dia vinte e oito de fevereiro, ao gabinete do prefeito de Guarapuava, César Silvestri Filho, onde juntos discutiram sobre a questão do DER, pedindo para interferir também na readequação da estrada de Góes Artigas ao Guará, quando aquele prefeito lhes garantiu que irá interferir junto ao DER para que o

Hermoly &

post in the







CNPJ 77.778.827/0001-55



trecho seja arrumado. Falou que também pediram ao prefeito para que veia como está a questão da pavimentação dessa mesma estrada e auxilie para que isso se concretize o mais rápido possível, o que também o prefeito se fez favorável em auxiliar, e que a questão fundamental dessa visita foi o Assentamento José Dias onde pediram ao prefeito que mandasse o maquinário de Guarapuava para fazer a readequação das estradas que pertencem ao território daquele município, e junto na reunião estava o Secretário de Obras Carlos Dalla Vecchia que já deve estar vindo até a região para verificar o trabalho, e neste dia uma máquina já deveria estar iniciando os trabalhos e dentro de quinze dias uma patrulha completa deverá estar na região fazendo todo o trabalho que seja necessário para atender aquela comunidade. Concluiu que a reunião foi boa e o prefeito lhes atendeu muito bem e pediu para estender a todos os vereadores que quando tiver alguma demanda estará pronto para atendê-los, inclusive ao prefeito interino, e com certeza essas demandas terão êxito. Da ORDEM DO DIA constou a votação das Indicações de Servico n.º 04/2013 do Vereador Marino Kutianski propondo a "Recuperação do calçamento no entroncamento das Ruas Rui Barboza e Rozendo Costa Cristo próximo a agência do Banco do Brasil": e n.º 05/2013, do Vereador Nelso, "Construção de passeio nas margens da Rua Castelo Branco, na Vila Nova". Ambas receberam comentários de seus proponentes durante a discussão e forma aprovadas com todos os votos. Em seguida constaram em primeiro turno de votação os Projetos de Leis do Vereador Osvaldir Nunes Pereira de números 01/2013 - Dispõe sobre a realização de servicos de recuperação de estradas vicinais em propriedades rurais do município; n.º 02/2013 - Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária rural de Rio Claro", e n.º 03/2013 - Autoriza o executivo a criar o Programa de apoio a Piscicultura no município. Todos foram aprovados por unanimidade tendo apenas o Projeto n.º 02 recebido o esclarecimento pelo proponente de que a Associação já é bastante antiga mas ainda não declarada de utilidade pública sendo necessário para que possa conveniar com o município e outros entes. Na EXPLICAÇÃO PESSOAL o Vereador LAERTES comentou que o Projeto de Lei n.º 01 é mais para tirar um peso de cima da Câmara pois sempre existiam os comentários ao se necessitar fazer uma estrada de que os vereadores não queriam que fizesse, o que antigamente era usado de ma fé pelos administradores e hoje isso vai dar uma força para os vereadores que ficam na mão do prefeito e hoje tem uma autorização e o prefeito poderá fazer o necessário e vai do bom senso do executivo que deverá aplicar a lei. Sobre o trabalho escravo disse ter achado uma piada e acrescentou que os empreiteiros fazem um adiantamento de salários e nesse caso existiam alguns adiantamentos, o trabalhador não quis prestar o serviço e usou de ma fé para tentar prejudicar o empreiteiro mas se andarem pelo município verão esta situação em vários locais pois é assim mesmo que funciona, e se considerar assim todo esse tipo de trabalho é escravo, mas ainda é melhor do que a pessoa estar cometendo algum tipo de crime como roubando ou matando, por isso é melhor trabalhar. O Vereador MARINO acrescentou comentários sobre o Deputado Ribas Carli dizendo que nesta semana receberam uma noticia muito boa, que já enviou oficio informando ao executivo, de que se encontra

Remody post



CNPJ 77.778.827/0001-55



disponível para o município seis mil metros de calçamento em pedras irregulares sem contra partida, e conversando com o Vereador Gilnelson o mesmo se propôs a enviarem ofício para o deputado dizendo que o município tem interesse nesse projeto, e também informou que do mesmo deputado sairá um poco artesiano para beneficiar 35 famílias da comunidade de Terra Cortada, mais recursos que vêm para o município através desse deputado e espera que o executivo tome as medidas cabíveis para que o município seia beneficiado. O Vereador JORGE comentou que na última semana foi procurado por um munícipe que lhe reclamou a respeito da equipe de saúde da região de são Miguel e Coloninha, relatando que no dia vinte de fevereiro a ACS que atende na localidade fez as fichas mas a equipe não compareceu e as pessoas tiveram que voltar embora sem o atendimento e no dia vinte e sete a equipe foi mas chegou por volta das onze e trinta horas quando deveria estar lá próximo das nove horas e tinham aproximadamente quinze pessoas que aquardavam para serem atendidas, falando isso para cobrar da equipe um compromisso com os dias e horários para que as pessoas não figuem esperando pelo atendimento. O Vereador NELSO comentou que por não ser da base do governo federal nos últimos quatro anos nunca teve êxito nas suas emendas, mas os vereadores que são da base do governo, e mesmo os do PSDB e DEM, devem ir até seus deputados porque é um peso a mais e politicamente para o município é muito bom e tem certeza que terão êxito nas emendas. Quanto aos PSF's disse que no primeiro mês de mandato o prefeito Lauri deixou tudo encaminhado pois o prefeito anterior logo que perdeu a eleição demitiu rês médicos que foram recontratados e colocadas todas as equipes para trabalhar, por isso estranha pois no início do ano estava andando tudo normalmente e então o vereador deve ir ao Secretário e ver o que está ocorrendo pois a saúde é uma das primeira coisas que devem ser olhadas numa administração. O Vereador OSVALDIR parabenizou os vereadores que foram até Guarapuava para falar a respeito do José Dias, e deixou claro a todos que do território do assentamento uma boa parte é município de Guarapuava e não tem como ser diferente, não acontecerá mais no estado do Paraná a anexação de territórios então a única solução possível é esse entendimento das partes para que aquele povo seja atendido. Acredita que irá melhorar o entendimento a respeito do assentamento porque o ex-prefeito de Guarapuava, Ribas Carli, em nenhum momento quis conversar a respeito da situação e se o Silvestri está disposto a conversar conforme relataram é um grande avanço para que a comunidade possa ser atendida em todos os setores. Citou que fez uma visita na comunidade de Terra Cortada no sábado e parabeniza a forma como a comunidade está cuidando da estrada, que é uma das melhores do município e foi feita com recursos do estado, e pôde observar o mutirão dos moradores que estão auxiliando na manutenção da estrada. Disse ao Vereador Nelso que o Deputado Eduardo Sciarra era do DEM e mesmo assim teve um tratamento muito bom por parte do governo federal porque conseguiu muitas emendas para Inácio Martins e para região e não é assim, o governo federal não trata toda a oposição com restrição, e os deputados que tem mais força de vontade conseguem trazer suas emendas e outros não tem tanta sorte ou não tem um bom relacionamento com o governo,

A production

Heundy

2/00

D . Ogoverno,



Câmara Municipal de Inácio Martins⁰²⁸

CNPJ 77.778.827/0001-55

mas reforçou as palavras de que independente de partidos políticos todos tem condições e é dever dos vereadores procurarem seus representantes para que tragam recursos para o município, que não tem como progredir se não for com recursos externos pois a arrecadação não é suficiente para pagar nem as despesas de custeio, e investimentos somente acontecerão com recursos dos governos estadual e federal, por isso todos tem a obrigação de ajudar o prefeito, seja ele quem for, para que o município possa ser beneficiado. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente declarou encerrada a sessão e convocou a próxima sessão ordinária para o dia onze de março, no horário regimental, ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.

25-07 INÁCIO MARTINS